



# 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

GT - Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL)

Adna Eliza Teixeira Santos<sup>1</sup>

Thalita Conceição de Franca Ferreira<sup>2</sup>

## **CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL E AS CONSEQUÊNCIAS AOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**

### **RESUMO**

O artigo analisa a crise estrutural do capitalismo contemporâneo e suas implicações para o projeto ético-político do Serviço Social, com foco nas particularidades do contexto brasileiro. Aborda como a financeirização da economia, a precarização das relações laborais e a mundialização do capital intensificam as contradições do modo de produção capitalista, especialmente a partir da década de 1970. Utiliza como metodologia o materialismo histórico-dialético, articulando revisão bibliográfica com fontes jornalísticas e opinativas para compreender a totalidade concreta da realidade social. A discussão evidencia que o Estado, mesmo em sua reconfiguração neoliberal, mantém seu papel de sustentação da ordem burguesa, promovendo o desmonte das políticas sociais e a retração dos direitos. O artigo conclui que o Serviço Social, enquanto profissão inserida nas disputas societárias, é convocado a reafirmar seu compromisso com a emancipação humana e a justiça social, sustentado por uma práxis crítica e transformadora. O fortalecimento do projeto ético-político da profissão é apontado como estratégia fundamental para enfrentar os desafios impostos pela lógica destrutiva do capital.

**Palavras-chave:** crise. “questão social”. projeto ético-político.

### **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa “Crise do capitalismo contemporâneo, suas particularidades no Brasil e as consequências aos elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social”, desenvolvida entre setembro de 2024 e agosto de 2025, com apoio financeiro e institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

---

<sup>1</sup>Estudante do 8º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [elizaadna26@gmail.com](mailto:elizaadna26@gmail.com)

<sup>2</sup>Estudante do 8º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [thalita.franca.069@ufrn.edu.br](mailto:thalita.franca.069@ufrn.edu.br)



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

(CNPq). A investigação foi conduzida de forma coletiva, envolvendo docente e discentes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e insere-se no campo das Ciências Sociais Aplicadas, com especial atenção à crítica da economia política e à fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social.

Demarca-se principalmente os anos de 1970 como momento crucial em que evidencia-se a crise estrutural do modo de produção capitalista. O conteúdo intrínseco e contraditório pelo qual desenvolve-se este modo de produção culminam em verdadeiros detonadores deste momento recessivo que particulariza-se enquanto uma clássica crise de superprodução combinada a uma mudança no caráter expansivo em que a se dava a “onda longa”, aliada a uma crise de caráter social e político conjugando-se em uma crise de todas as relações sociais burguesas (Mandel, 1990).

O aumento da composição orgânica do capital aponta para uma crise de valorização caracterizada pela dificuldade em realizar a mais-valia, provocada por fatores como superprodução, expansão da capacidade ociosa e queda na taxa média de lucros (Braz, 2016). Frente a esse impasse, o capital desloca-se da esfera produtiva para o domínio financeiro, intensificando, a partir dos anos 1970, estratégias de autovalorização. Tal dinâmica se concretiza mediante a apropriação da mais-valia produzida globalmente, capturada por mecanismos como os juros provenientes de ativos financeiros.

A crise financeira de 2008 expôs de forma contundente as contradições estruturais do capitalismo contemporâneo e intensificou transformações já em curso desde a ascensão do neoliberalismo. A partir da superação do modelo fordista e da incorporação das práticas toyotistas, consolidou-se uma lógica de acumulação flexível que desestabiliza territorialmente as cadeias produtivas e impõe uma flexibilização radical à força de trabalho, marcada pela precarização e pela volatilidade das relações laborais. Esse arranjo é amplificado pela mundialização do capital, que integra pólos industriais e tecnológicos globais sob a supremacia especulativa do capital financeiro, gerando uma nova morfologia produtiva regida por dinâmicas de colonialismo econômico que subordinam periferias produtivas aos interesses dos centros hegemônicos (Tonello apud Antunes, 2020).

Diante da atual conjuntura sociopolítica, marcada pelo aprofundamento das contradições do modo de produção capitalista, impõe-se ao Serviço Social uma reflexão crítica



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

sobre os desafios ético-políticos que atravessam sua prática profissional. A redução dos gastos públicos, como uma das consequências diretas da crise estrutural, incide diretamente sobre o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, objeto central da intervenção do(a) assistente social (Iamamoto, 2000). O Serviço Social, enquanto profissão inserida nesse contexto, não se coloca à margem dessas contradições, ao contrário: seu projeto profissional está enraizado em um projeto societário contra-hegemônico, que expressa uma opção política comprometida com a superação das formas de exploração e opressão, uma vez que é inconcebível pensar a emancipação humana sob a manutenção da estrutura capitalista.

### **2 CRISE E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

A história concreta expressa o caráter cíclico da economia aos moldes do modo de produção capitalista. Reconhece-se quatro fases determinantes— o auge, a crise, a recessão ou depressão e a retomada — que se apresentam como partes constitutivas e inevitáveis desse sistema. Dessa forma, sua dinâmica se desenvolve por meio de ciclos alternados de crescimento e de estagnação ou declínio. O termo crescimento, por ora tratado, corresponde tanto à capacidade da realização da mais valia, quanto à capacidade, velocidade e volume da acumulação capitalista.

Nesse sentido, os períodos de crescimento prolongado, as chamadas ondas longas, favorecem ao propiciar uma maior acumulação de capital, diferentemente das fases de retração. No entanto, estes últimos não significam o colapso do sistema; ao contrário, a análise histórica mostra que esses períodos são elementos constitutivos e regeneradores do próprio sistema capitalista de produção e se articulam de maneira dialética: uma etapa impulsiona a outra. Destarte, “a totalidade do ciclo econômico capitalista aparece como o encadeamento da acumulação acelerada de capital, da superacumulação, da acumulação desacelerada de capital e do subinvestimento” (Mandel, 1982, p. 76).

Assim sendo, a acumulação de capital está associada ao aumento da produtividade do trabalho responsável por gerar superlucros temporários. Esse aumento decorre tanto do acréscimo do mais-valor absoluto — isto é, da extensão da jornada laboral — quanto do incremento da mais-valia relativa, baseada no constante aprimoramento técnico e na modernização dos meios de produção, especialmente os vinculados ao capital fixo, como parte



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

do capital constante. Essa última forma implica a tendência de elevação da composição orgânica do capital, fator indispensável na tentativa de elevar a taxa de lucro acima da média, especialmente diante da concorrência capitalista. Por certo período, essa dinâmica assegura a obtenção de superlucros, favorecendo também processos de acumulação e centralização de capitais. Nessa perspectiva, Marx (2013, p. 552) destaca que “as massas de capital fundidas entre si da noite para o dia por obra da centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente, convertendo-se, com isso, em novas e poderosas alavancas da acumulação social”.

O desenvolvimento centralizado, atrelado à incorporação de novas tecnologias produtivas, impulsiona uma acumulação acelerada promovendo transformações significativas para a compreensão da economia contemporânea. Esse processo marca a transição de uma era de capitalismo concorrencial — composta por muitos pequenos capitais dispersos — para uma fase de capitalismo monopolista, no qual poucos capitais de dimensões gigantescas predominam.

De acordo com Mandel (1982), o principal objetivo dos monopólios é eliminar a concorrência de preços, ou seja, tentar controlar o mercado pelo maior tempo possível. Assim, sua função é “evitar (ou adiar indefinidamente) a equiparação da taxa de lucro, dificultando o fluxo de capital para dentro e para fora de determinados setores da produção” (p.371). Com a consolidação dos monopólios industriais, observa-se também o processo de monopolização no setor bancário. Essa mudança promove a fusão entre os capitais industrial e bancário, dando origem a uma nova forma de capital: o capital financeiro. Seu surgimento é decisivo pois inaugura tendências que impulsionam o desenvolvimento capitalista a um patamar superior — o imperialismo.

Esse estágio é analisado por Lênin na qual define o imperialismo como uma forma mais avançada, tanto econômica quanto social, do capitalismo monopolista caracterizado por traços marcantes: os monopólios, a oligarquia financeira, a busca pela dominação em detrimento da liberdade e a exploração crescente de nações pequenas ou vulneráveis por poucas potências ricas. Tais elementos tornam o imperialismo uma forma de capitalismo parasitário (Lênin, 2010).



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

No período que sucede o fim da Segunda Guerra Mundial, a atuação da esfera financeira torna-se central na tentativa de controlar o ciclo econômico e mitigar as crises periódicas características do capitalismo. A política de expansão e controle do crédito passa a ser a principal ferramenta utilizada nesse processo. Aliada à internacionalização da produção e à intensificação da concorrência global, essa estratégia altera profundamente a dinâmica do desenvolvimento do capital, inaugurando uma longa fase de expansão que, mais adiante, cederá lugar a momentos de estagnação e recessão. Configura-se, assim, o estágio tardio do capitalismo.

Inicialmente, esse novo período é marcado pelo avanço das inovações tecnológicas que culminam na terceira revolução industrial e favorece a transnacionalização de grandes empresas que ampliam seus domínios territoriais e aceleram a acumulação de capital — embora de forma desigual em escala global. Mandel (1982) explica que a acumulação acelerada promoveu um aumento duradouro da taxa de lucro, sustentada por uma taxa elevada de mais-valia e pela redução dos custos do capital constante. No entanto, essa expansão não foi homogênea: parte do capital foi expropriada, enquanto monopólios, nos centros imperialistas, se beneficiaram de superlucros tecnológicos, ampliados por práticas de troca desigual com colônias e semi-colônias.

Contudo, todo esse conteúdo desenvolvido no interior do modo capitalista de produção culmina em verdadeiros detonadores pelos quais, aliado à teoria geral das crises, pode-se obter análises no tocante à crise estrutural, a qual reverbera desde o início da década de 1970. De modo a sintetizar a explicação de Mandel (1990) acerca das recessões generalizadas nos períodos de 1974/75 e 1980/82, entende-se, pois os elementos que as particularizam enquanto uma clássica crise de superprodução combinada a uma mudança no caráter expansivo em que a se dava a “onda longa”, aliada a uma crise de caráter social e político conjugando-se em uma crise de todas as relações sociais burguesas.

O crescimento da composição orgânica do capital evidencia a crise de valorização do capital, revelando dificuldades na realização da mais-valia, resultante ao mesmo tempo de uma produção excessiva contínua, da progressiva expansão da capacidade ociosa e da consequente redução da taxa média de lucros (Braz, 2016). Para contornar essa limitação, a massa de capitais busca “rotas de fuga”, direcionando-se a alternativas que possibilitem uma valorização que já



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

não encontram diretamente, de modo rentável e substancial, na esfera produtiva. Esse movimento impulsiona a expansão para a esfera das atividades financeiras, especialmente a partir da década de 1970.

Trata-se, portanto, de um movimento de autovalorização por meio da apropriação do tempo excedente da classe trabalhadora na atividade produtiva ao redor do globo, isto é, da apropriação da mais-valia produzida, por meio dos juros de ações e títulos financeiros. Em outras palavras, isto significa que os lucros obtidos, mesmo que na forma de capital fictício, estão vinculados à esfera produtiva: aos moldes do capitalismo em sua forma imperialista, a condição para o aumento da apropriação da mais-valia, essencialmente em países ditos de primeiro mundo, é a expansão aos espaços de valorização nas áreas e economias de países em desenvolvimento, onde se encontram postas as possibilidades de produção da mais-valia absoluta.

Assim, os territórios do velho terceiro-mundo do pós-guerra se transformam agora em inglórios territórios terceirizados, plataformas de exportação para a produção global das potências dominantes. [...] A diminuição da massa de trabalhadores industriais nos EUA é mais do que compensada pelo seu aumento na China. Um americano vale por dez chineses (Martins in Costa; Prêdes; Souza, 2010, p.15).

Essa situação — adensada pela cooptação dos países periféricos por meio do consenso de Washington, ao introduzir tais países na mundialização financeira, contribuiu para a formação de bolhas financeiras, num movimento de deslocamento desordenado de capitais para mercados que promovem a retirada de lucros em massa, com tempo mínimo de circulação. Nesses moldes, em 2008, o esgotamento dos mercados nos países periféricos provocaram a procura por novos espaços de valorização. Houve, na verdade, uma inversão no sentido dos investimentos: o direcionamento de capitais investidos sucedeu às bolsas de valores situadas em países centrais, com destaque às bolsas estadunidenses NYSE/Wall Street e NASDAQ (Braz, 2016). A crise de 2008 na esfera financeira deu sinais de adensamento no final do ano de 2006 quando devedores, mediante sucessivos suplementos na taxa básica de juros, cessaram o pagamento das prestações de suas hipotecas. Em janeiro de 2008, o conteúdo “explosivo” que criava-se no interior do mercado capitalista ganhou um outro detonador: a descoberta de uma



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

fraude recorde no banco Société Générale fez com que despencasse o valor das bolsas ao redor do mundo (Nakatami; Marques, 2020).

Neste momento, é fundamental voltar a atenção para o papel desempenhado pelo Estado nesse contexto. Os vultosos pacotes de socorro financeiro — implementados desde a gestão de George W. Bush até o governo de Barack Obama — direcionados ao sistema financeiro revelam, de forma contundente, o compromisso do Estado com a preservação das estruturas do modo de produção capitalista. Assim, no cenário do capitalismo tardio, o Estado não abdica de sua natureza como Estado burguês, ao contrário, segue exercendo funções essenciais para assegurar as condições de reprodução do sistema.

### 2.1 “QUESTÃO SOCIAL”: FUNDAMENTOS E REBATIMENTOS ATUAIS DA CRISE

O modo de produção capitalista tem como pilar central a geração da mais-valia — ou seja, o valor excedente produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista. Esse mecanismo é o motor que impulsiona a acumulação de capital e a concentração de riquezas nas mãos de uma parcela reduzida da sociedade. Trata-se de um sistema dinâmico, que depende da constante ampliação dos mercados, do aumento da produtividade e da busca incessante por novas formas de exploração do trabalho e dos recursos naturais, o que gera uma lógica de expansão permanente e acumulação ilimitada, tornando-o um sistema profundamente desigual.

A descoberta de Marx acerca do mais-valor é a chave analítica que explica a essência e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em que a realização deste excedente monetário é norma fundamental que encontra impulso em mecanismos que intencionam sua extração de modo progressivamente maior por meio da produtividade do trabalho, garantidora de superlucros temporários. Este aumento decorre do aumento do mais-valor absoluto, isto é, do prolongamento da jornada de trabalho; ou do aumento da mais-valia relativa a qual infere sobre o contínuo aprimoramento das condições técnicas e dos mecanismos empregados durante o processo produtivo, incidindo, portanto, sobre os meios de trabalho que compõem o capital constante.

Se por um lado há um aumento dos investimentos nas maquinarias necessárias para a produção de mercadorias, há, por outro, uma redução de investimentos em trabalho vivo, isto



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

é, no trabalho humano — repercutindo sobre a vida da classe que vende sua força de trabalho, através da diminuição de postos de emprego e da conseqüente expulsão de trabalhadores do mercado de trabalho, levando ao crescimento do exército industrial de reserva; à diminuição da capacidade de consumo; ao aumento e à intensificação do trabalho daqueles que ainda conseguiram manter seus postos de trabalho; ao empobrecimento, absoluto e relativo; etc.

Esta situação, dada sua imediatividade na forma de manifestar-se, foi averiguada de forma mais intensa na Europa Ocidental entre fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, o que acarretou o surgimento da expressão “questão social” como forma de designar o inédito crescimento da pobreza ao passo que aumentava-se a capacidade produtiva. À medida em que o sistema burguês mostrava-se insuficiente no que tange à materialização efetiva de sua intenção inicial de liberdade, igualdade e fraternidade, o pauperismo apresentou-se como uma destacada expressão deste sistema. O desvelamento da imediatividade de uma das expressões da “questão social” dada pelo pauperismo através da teoria de Marx acerca da mais-valia é suma importância uma vez que demonstra que o capitalismo é o criador da “questão social”, embora suas expressões modifiquem-se em virtude do momento histórico. Ou seja, são intrínsecas ao capitalismo as expressões da “questão social”. São por ele produzidas e sobre elas está fundado (Netto. 2001).

Em meados do século XX, após o fim da Segunda Grande Guerra, o capitalismo experimentou uma onda de expansão nos países centrais através do processo de reconstrução econômico e social neste pós-guerra. Entretanto, já no início dos anos de 1970 se têm os primeiros sinais do fim desta expansão. O tratamento deste contexto seguiu-se com a conjunção da política neoliberal e da globalização, o que, mais uma vez, rebate na forma e na profundidade, ou intensidade, em que se manifestam-se as expressões da “questão social”. Nesse sentido, em meio à crise estrutural, o capitalismo desenvolve tendências que, dentre as quais, destacam-se a progressiva substituição do modelo produtivo baseado nas práticas tayloristas e fordistas por formas de produção mais flexíveis e desregulamentadas, como a acumulação flexível e o toyotismo, de inspiração japonesa; e o desmonte, por políticas neoliberais marcadas pela privatização, desregulamentação e pelo desmantelamento de direitos sociais (Antunes, 2001).



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

No Brasil, tal desmantelamento expressa-se de maneira mais evidente e radical após o golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, abrindo caminho para a ascensão do governo Temer. Sob a bandeira da 'recuperação econômica', instaurou-se uma agenda de aprofundamento da política neoliberal marcada pela retração do Estado e pelo avanço do neoliberalismo financeirizado (Salvador, 2024). Medidas como a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal e congelou os gastos primários por duas décadas — sem afetar os pagamentos de juros da dívida — resultaram em severas restrições às políticas sociais (Salvador, 2017). Soma-se a isso a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), por meio da EC nº 93/2016, elevando para 30% o redirecionamento da receita tributária para a amortização da dívida pública.

Mais recentemente, o governo Lula, a partir da iniciativa de substituir a referida EC nº95/2016, instituiu o “Novo arcabouço Fiscal” (NAF), a qual, por não ser em nenhum momento debatida com a classe trabalhadora, surge enquanto uma medida que isola as decisões econômicas do debate político no espaço público, restringindo-as ao domínio dos 'iniciados' da tecnocracia econômica. Ademais, observa-se uma engenharia orçamentária engenhosa voltada à apropriação do fundo público para o pagamento de juros e encargos da dívida, ao mesmo tempo em que se impõe um estrangulamento ao crescimento das despesas sociais do Estado (Salvador, 2023).

A preocupação com as contas públicas desdobra-se na adoção de medidas totalmente prejudiciais à classe trabalhadora. Atualmente, o principal alvo de ataques diretos com a justificativa de combate a fraudes e irregularidades vem sendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Uma das primeiras investidas, felizmente barrada, veio da ministra do Planejamento, Simone Tebet, ao propor a desvinculação do BPC do salário mínimo — uma medida de efeito devastador. Sem essa vinculação, o benefício sofreria rápida corrosão em seu valor real, empurrando milhões de pessoas para abaixo da linha da pobreza. (Deccache, 2024). O “pente fino” aplicado na condução deste e outros benefícios assistenciais reflete-se em disputas judiciais as quais apresentaram aumento de cerca de 20% entre os anos de 2023 e 2024 (Lima, 2024).

A restrição de gastos públicos; o apoio à privatização; o socorro ao grande capital, quando em apuros, como destacado na seção anterior, e o fomento para sua reprodução; dentre



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

outros aspectos, caracterizam a postura do Estado frente à crise estrutural atual. Isso suscita-nos a refletir acerca de como esta situação impacta no trabalho da/o Assistente Social e no Projeto Ético-Político da profissão, diante da contradição de serem “as múltiplas expressões da ‘questão social’ o objeto sobre o qual incide o trabalho profissional” (Iamamoto, 2000, p.114), ao passo que há uma diminuição dos gastos públicos na área das políticas sociais, as quais, historicamente, surgiram para enfrentar a própria “questão social”.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo está orientado pelo método marxiano, especificamente o materialismo histórico-dialético, concebido como instrumento teórico e prático para a apreensão da realidade social em sua totalidade. Tal método não se limita à descrição empírica dos fenômenos, mas busca compreender os processos sociais em sua dinâmica interna, revelando as mediações e determinações que os constituem.

A investigação parte da premissa de que o conhecimento da realidade não se dá pela observação imediata dos fatos mas pela reprodução intelectual do movimento real do objeto de estudo. Isso implica ultrapassar as formas aparentes e transitórias da realidade para alcançar sua essência, compreendida como expressão das relações sociais historicamente determinadas. Nesse sentido, a análise não se satisfaz com o que é perceptível à primeira vista, mas empenha-se na construção de um conhecimento crítico que revele as interações entre as múltiplas determinações do objeto, fundamentais para sua compreensão em sua totalidade concreta (Kosik, 1976).

A partir dessa perspectiva, o estudo propõe-se ao desvelamento crítico do contexto histórico atual, marcado por profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que incidem diretamente sobre os rumos da história e sobre os projetos societários em disputa. Para isso, recorre-se às categorias da economia política marxista como ferramentas analíticas centrais, especialmente aquelas relacionadas à crise estrutural do capitalismo, à valorização do capital, à composição orgânica e à financeirização da economia.

Assim, este relatório fundamenta-se em uma revisão bibliográfica abrangente e rigorosa que contempla autores cujas contribuições são essenciais para a análise crítica da crise do capitalismo contemporâneo, o que permite a articulação entre os elementos centrais da crise



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

capitalista com suas particularidades no Brasil e suas implicações para o projeto ético-político do Serviço Social.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa também incorporou fontes jornalísticas e artigos de opinião de colunistas especializados. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de captar a realidade concreta e dinâmica da conjuntura político-social brasileira, especialmente em seus desdobramentos mais recentes o que permitiu o acesso a dados estatísticos atualizados, análises conjunturais e interpretações que, embora não se constituam como produção teórica sistematizada, oferecem elementos para a compreensão das mediações entre os fenômenos estruturais e suas expressões cotidianas.

### **4 OS REBATIMENTOS SOBRE O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**

O modo de produção capitalista, estruturado sobre as contradições inerentes a sua lógica de acumulação, configura uma sociedade marcada pela luta entre classes antagônicas — burguesia e proletariado — cujos interesses são irreconciliáveis. Essa dinâmica classista imprime um conteúdo político em cada prática social, o que revela que nenhuma ação está isenta de posicionamento. O Serviço Social, enquanto profissão inserida nesse contexto, não está alheia à essas contradições, ao contrário: seu projeto profissional está enraizado em um projeto societário contra-hegemônico, que expressa uma opção política comprometida com a superação das formas de exploração e opressão, uma vez que é inconcebível pensar a emancipação humana sob a manutenção das estruturas capitalistas. Por isso é necessário afirmar a centralidade da práxis crítica e transformadora como fundamento ético-político da atuação profissional.

De acordo com Netto (Braz; Teixeira, 2009), os projetos profissionais configuram construções coletivas que expressam a identidade da profissão e sua inserção na sociedade. Selecionando princípios que sustentam sua legitimidade social, definem e organizam seus propósitos e atribuições, e estabelecem os fundamentos teóricos, institucionais e operacionais que orientam sua prática. Também estipulam diretrizes éticas e comportamentais para os profissionais, delineando os parâmetros de interação com os usuários dos serviços, com outras



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

áreas profissionais e com as instituições empregadoras em um marco orientador que articula posicionamento político, compromisso social e direção estratégica da atuação profissional.

Este projeto que condensa em si, ainda segundo o autor, uma imagem ideal da profissão, seus posicionamentos e valores, o qual possui um direcionamento político, como já tratado, constitui o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social. Ele se fundamenta em princípios como a defesa dos direitos humanos, a justiça social, a equidade e a emancipação dos sujeitos os quais orientam concretamente a atuação profissional, conferindo-lhe, portanto, um caráter político.

Além destes valores, o PEP constitui-se através de outros elementos como a matriz teórico-metodológica crítica com referencial marxista que permite compreender a “questão social” como expressão das desigualdades estruturais do capitalismo e, com isso, compreende a crítica à ordem social vigente como um dos pilares do projeto, que rejeita a naturalização da pobreza e da desigualdade, expressando-se nas lutas, posicionamentos e organização coletiva e política da categoria.

A partir destes elementos, a materialização do projeto se dá em três dimensões: a político-organizativa, expressa na atuação do conjunto CFESS/CRESS, da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABEPSS) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO); a dimensão da produção de conhecimento, que valoriza a pesquisa crítica e a formação profissional comprometida com a realidade social; e a jurídico-política (Braz; Teixeira, 2009).

Esta última compreende todo o conteúdo específico da profissão: sua legislação regulamentadora (Lei 8662/93); Código de Ética de 1993; e demais documentos e textos que fundamentam e legitimam a prática profissional, além de um outro conteúdo, este mais abrangente: a legislação social pela qual materializa-se a prática profissional, através da reivindicação de direitos explicitamente contidos na Constituição Federal de 1988 e demais documentos com força de lei.

Contudo, no contexto atual de crise e de hegemonia neoliberal, as estratégias para responder à “questão social” é tensionada e ameaçada por projetos societários, políticos-institucionais e partidários antagonísticos, revelando o caráter político de toda ação. O Estado, ao reafirmar seu papel de Estado burguês, oblitera os avanços no campo dos direitos sociais em



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

valorização à política econômica. Trata-se de uma submissão da política social à política econômica.

O/A assistente social insere-se na condição de trabalhador assalariado, cuja prática está integrada à divisão social e técnica do trabalho sob a lógica do capital. Conforme analisa Iamamoto (2009), a atuação profissional está profundamente condicionada pelas mediações das políticas sociais e pelas determinações estruturais da sociedade capitalista, o que a afasta da concepção clássica de profissional liberal. O Serviço Social encontra-se então tensionado pelas contradições sociais e pelas disputas em torno do fundo público pelo qual toma materialidade as políticas que esboçam os direitos constitucionalmente expressos, situando o assistente social como um agente ativo, porém socialmente determinado, na materialização dos direitos sociais.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, o artigo reafirma a centralidade da crise estrutural do capitalismo como elemento determinante para a compreensão das transformações contemporâneas no mundo do trabalho, na economia, e nas políticas sociais, o que impacta diretamente sobre o trabalho do/a assistente social e concomitantemente sobre os elementos constitutivos da profissão. Ao articular teoria marxista com dados empíricos da conjuntura brasileira, o estudo evidencia que a financeirização da economia, a precarização das relações laborais e a mundialização do capital são expressões concretas das contradições internas do modo de produção capitalista.

A análise da crise de valorização do capital, intensificada desde os anos 1970, revela que a busca por superlucros e a expansão do capital constante têm gerado impactos profundos, especialmente nos países periféricos. No Brasil, esse processo se manifesta, dentre outras formas, por meio do desmonte das políticas sociais, da retração do Estado e da adoção de medidas de austeridade que fragilizam os direitos sociais historicamente conquistados.

Nesse cenário, o Serviço Social é convocado a assumir uma postura crítica e comprometida com a transformação social. A pesquisa demonstra que o Projeto Ético-Político da profissão, fundamentado em princípios como justiça social, emancipação humana e defesa dos direitos, permanece como referência estratégica para a atuação dos assistentes sociais diante



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

das múltiplas expressões da questão social, apesar dos impactos sofridos em suas dimensões constitutivas em consequência do contexto atual.

A crise contemporânea apresenta-se, portanto, como uma crise que condensa aspectos políticos, econômicos e sociais. Ela exige dos profissionais de Serviço Social uma leitura aprofundada da realidade, sustentada por uma práxis crítica que articule teoria e prática, resistência e proposição. Assim, o estudo conclui que o fortalecimento do projeto societário contra-hegemônico é condição indispensável para enfrentar os desafios impostos pela lógica destrutiva do capital e para afirmar o compromisso histórico da profissão com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

### REFERÊNCIAS

BRAZ, Marcelo. **Para a crítica da crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

DECCACHE, David. **Por que o BPC está ameaçado**. Outras Palavras, São Paulo, 13 set. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/por-que-o-bpc-esta-ameacado>. Acesso em: 8 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: **CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 1–40.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Leila Prado. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LIMA, Bernardo. **Número de ações na Justiça por benefícios sociais sobe quase 20% em meio a pente-fino**. O Globo, Brasília, 29 set. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/numero-de-acoes-na-justica-por-beneficios-sociais-sobe-quase-20-em-meio-a-pente-fino-26658912>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Tradução de Juarez Guimarães; João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Introdução de Paul Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.  
MARTINS, JOSÉ. A. “Anotações acerca da dinâmica dos ciclos econômicos e crises capitalistas nos primeiros anos do século 21” in Costa, G., PRÉDES, R. e SOUZA, R. (orgs.) Crise contemporânea e Serviço Social. –Maceió: EDUFAL, 2010.

NAKATAMI, PAULO e MARQUES, ROSA M. (2020) **Capitalismo em crise**. São Paulo: Expressão Popular.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília, ano II, n. 3, p. 41–49, jan./jun. 2001.

SALVADOR, Evilásio. **As origens suspeitas do “arcabouço fiscal”**. Outras Palavras, São Paulo, 2 maio 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/as-origens-suspeitas-do-arcabouco-fiscal>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SALVADOR, Evilasio da Silva. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ed. 130, p. 426–446, set./dez. 2017. SALVADOR, Evilasio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. Argum., Vitória, v. 16, n. 1, p. 6–19, jan./abr. 2024.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 1–40.